



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

IN 6/2024 -
PROEN/GAB/RE/IFAP

Dispõe sobre orientações para os *campi* encaminharem à Proen os processos de criação e de atualização de Projetos Pedagógicos de Cursos de Graduação - PPCs.

A Pró-reitoria de Ensino (Proen) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, no uso de suas atribuições legais, e considerando:

- I. As normas externas e as normas internas relativas ao ensino de graduação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá;
- II. Normativas internas previstas na Resolução nº 74/2023 - CONSUP/RE/IFAP que trata acerca das Normas e Procedimentos Referentes à Criação, Suspensão Temporária e Extinção dos Cursos de Graduação do Ifap;
- III. A Resolução nº 93/2024 - CONSUP/RE/IFAP que estabelece a Curricularização da Extensão nos Cursos Superiores, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá - IFAP.”
- IV. A necessidade de uniformização nas orientações que os setores pedagógicos dos *campi* devem se basear para análises e emissão de Pareceres de criação e de atualização de PPCs.
- V. As análises relativas aos procedimentos de cumprimento das normas internas e externas refletidas no teor do PPC.
- VI. As atualizações constantes nas normativas do ensino superior no País.

RESOLVE

Art. 1º Estabelecer orientações acerca da tramitação dos processos de criação e de atualização de PPCs, desde abertura do processo, passando pela instrução e finalização, com a publicação do documento objeto do processo.

Parágrafo único: As orientações referem-se à criação de padronização de rotinas para criação e de atualização de PPCs, bem como aos prazos de tramitação do processo.

Art. 2º Para a criação e de atualização de PPC, o prazo máximo, considerando as normativas previstas na Resolução que trata acerca da Criação, Suspensão Temporária e Extinção dos Cursos de graduação é de até 12 (doze) meses.

Art. 3º O prazo de até 12 (doze) meses é contado a partir da abertura do processo no Sistema Unificado de Administração Pública, SUAP.

I. O prazo de até 12 (doze) meses deve incluir:

- a) Tempo para abertura do Processo;
- b) Tempo para instrução do processo;
- c) Tempo para emissão de Parecer interno emitido pelo corpo técnico-pedagógico do *campus* responsável pelo curso;
- d) Parecer interno emitido pelo corpo técnico-pedagógico do *campus* responsável pelo curso, deve utilizar os elementos

mínimos constituintes dos anexos I e II para escrever o Parecer.

Art. 4º Emissão de parecer da Proen será em até 30 (trinta) dias úteis, quando houver até 2 (dois) PPCs em análises simultaneamente; até 60 (sessenta) dias úteis quando houver 4 (quatro) PPCs simultaneamente; até 150 (cento e cinquenta) dias para quantidade limite de cursos de graduação existentes no Ifap;

Art. 5º. O processo terá, preferencialmente, até dois retornos do documento ao *campus* de origem para correção, caso haja necessidade, cuja resposta de cada retorno, atendendo as solicitações de correções feitas pela Proen, será realizada em até 15 (quinze) dias;

6º) O novo parecer da Proen, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, no caso de o PPC ter que retornar ao campus de origem;

Art. 7º A criação de PPCs para cursos novos ou atualização de PPC de cursos existentes, previstos para o primeiro semestre civil de 2026, enviarão o processo de PPC no primeiro semestre civil do ano de 2025.

I. Enviar o processo de PPC, previsto para o primeiro semestre civil de 2026, entre os meses de janeiro a junho do ano de 2025.

Art. 8º A criação de PPCs para cursos novos ou atualização de PPC dos cursos existentes, previstos para o segundo semestre civil de 2026, enviarão o processo de PPC no segundo semestre civil do ano de 2025.

I. Enviar o processo de PPC, previsto para o segundo semestre civil de 2026, entre os meses de julho a dezembro do ano de 2025.

Art. 9º Os processos de PPCs enviados à Proen devem estar instruídos minimamente de:

I. Portaria da comissão;

II. Ata(s) de reunião(es) da comissão;

III. Minuta do PPC;

IV. Parecer do setor técnico-pedagógico do campus de origem do PPC;

a. O Parecer deve ser escrito utilizando os elementos mínimos previstos nos anexos I e II desta IN.

V. Todos os despachos necessários internamente, a depender do organograma do campus.

Art. 10 Em caso de atualização parcial do PPC a duração entre a abertura do processo, a tramitação e a finalização será de até seis meses.

Parágrafo único: Entende-se por atualização parcial do PPC aquela que renove o documento em aspecto legal, didático, político ou pedagógico em até 50% do total da parte pré, textual e pós-textual.

11 Institui-se, excepcionalmente, o Calendário para criação ou atualização de PPCs para a implementação da Curricularização da Extensão nos Cursos de Graduação do Ifap:

Calendário para a implementação da Curricularização da Extensão nos Cursos de Graduação	
Ação	Prazo
1. Encaminhamento do PPC para a Proen	Até 30 de outubro de 2024
2. Análise e Emissão do 1º Parecer Técnico pela Proen	Até 15 dias após a recepção do documento pela Proen
3. Ajustes do PPC pelo <i>campus</i>	Até 15 dias após a devolução do documento pela Proen
4. Análise e Emissão do 2º Parecer Técnico pela Proen (se necessário)	Até 15 dias após a recepção do documento pela Proen
5. Encaminhamento do PPC para o Consup	Até o dia 30 de novembro de 2024
6. Avaliação e Aprovação pelo Consup	dezembro de 2024 (na data da última reunião ordinária, prevista para 12/12)
7. Cadastro da matriz curricular no Suap pela Proen	Até 31 de dezembro de 2024
8. Início da vigência do PPC com a implementação da curricularização da extensão	Janeiro de 2025

Art. 12 Institui-se o Cronograma regular para processos de criação e de atualização de PPCs do Ifap:

Cronograma para processos de criação e de atualização nos Cursos de Graduação do Ifap 2025/2026	
Ação	Prazo
1. Encaminhamento do PPC para a Proen	6 meses antes do PPC entrar em vigor
1.1 PPC de curso novo ou de atualização previstos para o primeiro semestre civil de 2026	Entre os meses de janeiro a junho de 2025
1.2 PPC de curso novo ou de atualização previstos para o segundo semestre civil de 2026	Entre os meses de julho a dezembro de 2025
2. Análise e Emissão do 1º Parecer Técnico pela Proen	Até 15 dias após a recepção do documento pela Proen
3. Ajustes do PPC pelo <i>campus</i>	Até 15 dias após a devolução do documento pela Proen
4. Análise e Emissão do 2º Parecer Técnico pela Proen (se necessário)	Até 15 dias após a recepção do documento pela Proen
5. Encaminhamento do PPC para o Consup	Até 30 dias antes da reunião ordinária
6. Avaliação e Aprovação pelo Consup	2 dias após reunião ordinária com a publicação da respectiva Resolução
7. Cadastro da matriz curricular no Suap pela Proen	Até 15 dias após a publicação da Resolução
8. Início da vigência do PPC para novas turmas	Após a aprovação do PPC pelo CONSUP com a publicação da respectiva Resolução.

Art. 13 Os prazos acima, no caso das ações 2 e 4 deverão observar o art. 4º.

Parágrafo único: Não serão recebidos pela Proen processos de criação ou de atualização de PPCs de graduação que descumpram os prazos estabelecidos no cronograma acima.

Art. 14 Todos os PPCs que necessitam implementar a curricularização da extensão deverão encaminhar os Processos para a Proen até o dia 30 de outubro de 2024.

Art. 15 São elementos mínimos constituidores dos PPCs, os listados nos anexos I e II desta Instrução Normativa.

Parágrafo Único: Os elementos mínimos, constituidores do PPC, não excluem quaisquer outras normas internas ou externas que criem e atualizem o Projetos Pedagógico de Curso.

Art. 16 Os casos omissos nesta Instrução Normativa serão analisados e resolvidos pela Pró-reitoria de Ensino.

Art. 17 Fica revogada a IN Nº 1/2024 - PROEN/GAB/RE/IFAP publicada em 18 de abril de 2024.-

Art. 18 Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Macapá - AP, 3 de setembro de 2024.

Pró-reitoria de Ensino - Proen
Diretoria de Ensino da Proen - Diren
Coordenação de Graduação - Cograd

Pró-reitoria de Extensão, Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação
Coordenação de Extensão e Estágios

LISTAGEM DE ELEMENTOS MÍNIMOS CONSTITUIDORES DOS PPCs	
Antes do sumário	Dados de identificação da instituição.
	Dados de identificação do curso.
1. Dados gerais	1.1. Apresentação.
	1.2. Histórico da Instituição (IFAP).
	1.3. Histórico do campus (caracterização do campus e da região).
2. Justificativa	2.1. Pertinência (oportunidade e conveniência) (inserir informações sobre os Arranjos Produtivos Locais - APLs, apresentando dados sobre indicadores coletados em órgãos de pesquisas oficiais, acerca do contexto socioeconômico e cultural).
	2.2. Relevância da criação do curso (dados sociais, econômicos, relevância política, tecnológica e cultural).
	2.3. Impactos (local/regional).
3. Objetivos	3.1. Geral.
	3.2. Específicos.
4. Perfil profissional do egresso	4.1. Concepção e princípios políticos pedagógicos do curso.
	4.2. Campo de atuação profissional.
	4.3. Competências profissionais (para os cursos de licenciatura sugere-se leitura dos anexos da Res. CNE/CP 2/2019 sobre dimensões e as competências do licenciado; para os cursos de tecnologia sugere-se leitura do perfil descrito no CNCST/2016; para cursos de bacharelado sugere-se leitura da DCN do curso).
	4.4. Legislação que regulamenta a profissão.
5. Requisitos de acesso (informar os requisitos necessários para ingressar no curso, conforme Resolução n. 08/2019/CONSUP/IFAP - art. 33).	5.1. Via Sistema Seleção Unificada - SISU.
	5.2. Via Processo Seletivo de Matrículas Especiais - PSME (Vestibulinho).
6. Estrutura curricular	6.1. Fundamentação legal e organização (informar as legislações utilizadas na implementação do curso, visando atender as necessidades e especificidades do curso e dos estudantes).
	6.2. Matriz curricular-quadro geral (informar todos os componentes com as respectivas cargas horária e semestres de oferta).
	6.3 Caminho crítico - Componentes curriculares com dependência (Fluxograma com os componentes por semestre, destacando aqueles que têm pré-requisitos).
	6.4. Matriz curricular por semestre (informar o componente curricular, a carga horária em aulas e em horas e a necessidade de pré-requisito quando houver).
7. Metodologia	7.1 Informar quais estratégias de ensino poderão ser utilizadas durante todo o curso.
8. Avaliação do processo de ensino e	8.1. Critérios de avaliação, etapas avaliativas e instrumentos de avaliação (Resolução n. 08/2019/CONSUP/IFAP - art. 43).
	8.2. Estudos de aceleração de componente curricular (informar a finalidade da possibilidade e os procedimentos necessários para a solicitação).
	8.3. Dependência de componentes curriculares (informar a dinâmica da oferta e os procedimentos para solicitação).

aprendizagem	8.4. Período letivo especial-PLE (informar o que é e como pode ser ofertado).	
	8.5. Critérios de aproveitamento de estudos (informar os critérios para solicitação de aproveitamento de estudos).	
9. Regime Especial de Aprendizagem Domiciliar – READ	(Resolução n. 08/2019/CONSUP/IFAP - Art. 13).	
10. Gestão de curso	10.1. Coordenação do curso (informar as atribuições da coordenação do curso - Resolução n. 08/2019/CONSUP/IFAP - Art. 40).	
	10.2. Núcleo Docente Estruturante (informar as atribuições do núcleo) - Resolução n. 37/2012/IFAP.	
	10.3. Colegiado do curso (informar a competência do colegiado) - Resolução n. 37/2012/IFAP.	
	10.4. Avaliação institucional (informar a base legal, a periodicidade e a finalidade da avaliação).	
11. Atividades acadêmicas	11.1. Atividades complementares (informar de maneira geral) - Resolução 29/2015/CONSUP/IFAP.	
	11.2. Concepção e composição do estágio curricular (obrigatório e não obrigatório) - (informar a previsão legal, a finalidade e metodologia adotada para o curso) - RESOLUÇÃO N. 106/2023/CONSUP/IFAP - Os estágios são obrigatórios nas licenciaturas e nos bacharelados e facultativos nas tecnologias).	11.2.1. Atribuições do professor orientador de estágio (informar as atribuições).
		11.2.2. Atribuições do estagiário (informar as etapas para acessar o estágio).
	11.3. Trabalho de conclusão de curso - TCC (informar quais as produções acadêmicas poderão ser realizadas para conclusão do curso e a metodologia de avaliação do TCC) - Resolução n. 30/2015/CONSUP/IFAP.	
	11.4. Atividades de Monitoria (informar o que é, as modalidades e a possibilidade de acesso) - RESOLUÇÃO N. 10/2013/CONSUP/IFAP.	
	11.5. Semana Acadêmica (informar o que é e quais os seus objetivos).	
	11.6. Visitas Técnicas (informar o que é e quais os seus objetivos).	
	11.7. Projetos de Iniciação Científica (informar o que é e quais os seus objetivos).	
	11.8. Projetos de Iniciação à Docência (para as licenciaturas).	
	11.9. Programa Residência Pedagógica (para as licenciaturas).	
	11.10. Curricularização da Extensão (informar o que é, a previsão legal e a metodologia de implementação no curso - ver Resolução 39/2024 - CONSUP/RE/IFAP e diretrizes de curricularização do NDE).	
	12.1. Assistência estudantil (informar a previsão legal, os auxílios e serviços disponibilizados aos estudantes) - Resolução n. 031/2019/CONSUP/IFAP.	
	12.2. Acessibilidade metodológica (informar o que é e as modalidades disponibilizadas aos estudantes).	
	12.3. Ações de permanência e êxito (informar de maneira geral sobre o	

12. Apoio estudantil	programa de permanência e êxito da instituição - Resolução nº 36/2016/CONSUP/IFAP.	
	12.4. Mobilidade acadêmica (informar a previsão legal para a mobilidade acadêmica, em especial no âmbito da instituição) - RESOLUÇÃO Nº 01/2018/CONSUP.	
	12.5. Inclusão e Diversidade	12.5.1. Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas - NAPNE - Resolução n. 21/2020/CONSUP/IFAP.
		12.5.2. Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígenas - NEABI - Resolução n. 30/2022/CONSUP/IFAP.
12.5.3. Núcleo de Estudos e Pesquisa em Gênero - NEPGS.		
13. Instalações e equipamentos	13.1. Ambiente administrativo e pedagógico (listar os espaços que existem na instituição em especial aqueles que podem ser usados no processo de realização do curso).	
	13.2. Biblioteca (informar a estrutura disponível aos estudantes se existem referências que contemplem o curso).	
	13.3. Laboratórios (listar os laboratórios necessários para uso durante o curso, bem como os equipamentos disponíveis em cada laboratório).	
14. Equipe de pessoal	14.1. Docentes (nome, formação acadêmica atualizada e regime de trabalho).	
	14.2. Técnicos Administrativos (nome, formação acadêmica atualizada e regime de trabalho).	
15. Diploma (informar os requisitos necessários para recebimento do diploma).		
16. Referências (informar as referências utilizadas para elaboração do PPC).		
17. Apêndices (ementário dos componentes curriculares. Cada componente deverá informar além da ementa, os conteúdos, as referências bibliográficas básicas (3 referências) e complementar (5 referências) e a carga horária. Livros digitais não podem ser colocados nas referências básicas, somente nas referências complementares.		

Anexo II - Listagem de itens da estrutura básica de curricularização da extensão

ITENS DA ESTRUTURA BÁSICA DE CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO A SER DESCRITA NO PPC	
a) A previsão da carga horária das atividades de extensão deve ser clara na matriz curricular.	
b) As atividades de extensão propostas no currículo devem alcançar o mínimo de 10% (dez) da carga horária total do curso.	
c) na modalidade a distância, as atividades de extensão devem ser realizadas, presencialmente, em região compatível com o polo de apoio presencial, no qual o estudante esteja matriculado, observando-se, no que couber, as demais regulamentações previstas no ordenamento próprio para a oferta de educação a distância. (Art. 9º)	
d) O PPC deve destacar a importância das atividades de extensão para os cursos e estudantes, caracterizando-as adequadamente quanto à participação dos discentes.	
f) Quanto ao Art. 4º da Resolução 93/2024 /CONSUP/RE/IFAP, as ações de extensão devem ser nas seguintes modalidades:	Programas
	Projetos
	Eventos
	Cursos e Oficinas

	Prestação de Serviços
g) Quanto ao Art. 11 da Resolução 93/2024/CONSUP/RE/IFAP, as ações de extensão deverão ser descritas como:	Como parte de Componentes Curriculares Não Específicos de Extensão
	Como parte de Componentes Curriculares Específicos de Extensão
Quanto ao § 3º do artigo 11	Ambas as opções contam no PPC
h) A indicação da carga horária dos componentes curriculares, destinada às atividades de extensão, deverá estar expressa na matriz curricular e na ementa dos componentes curriculares. (Art. 12, § 1º)	
I) A descrição das atividades de extensão, a serem desenvolvidas nos cursos, deverão ser detalhadas no plano de ensino dos componentes curriculares. (Art. 12, § 2º)	
J) Os planos de ensino devem fazer menção ao programa ou projeto de extensão e à sua referida carga horária. (Art. 13, § único)	
k) Todas as atividades direcionadas à execução de programas e projetos relacionados à Curricularização da Extensão, estabelecidas nos PPCs, deverão estar institucionalizadas (registradas) na Pró-reitoria de Extensão do IFAP, por meio de participação nos editais de Curricularização da Extensão de fluxo contínuo. (Art. 15)	
l) O Componente Curricular Específico de Extensão, trata-se da criação de um ou mais componentes curriculares específicos de Extensão cuja carga horária é totalmente destinada ao cumprimento de atividades de extensão pelos discentes, possuindo carga horária mínima de 30 (trinta) horas, em cada componente curricular. (Art. 19)	
m) Os Componentes Curricular Específico de Extensão estarão estruturados nas Matrizes Curriculares de seus respectivos cursos, sob a denominação de Práticas de Extensão I, Práticas de Extensão II, e assim por diante. (Art. 20)	
n) Os coordenadores e colaboradores dos programas e projetos vinculados aos Componentes Curriculares específicos e não específicos de Extensão, deverão estar cadastrados nas plataformas institucionais da PROEXT. (Art. 44)	
Validade normativa do PPC com relação à curricularização da extensão	
Itens	Previsão na Resolução
Da obrigatoriedade da implementação - bases legais	Artigo 2º
Conceito	Artigo 1º
Descrição da forma de implementação	Artigos 11 ao 21
Importância para formação discente	Artigo 10
OBS: Todos os itens elencados acima têm como referência a Resolução 93/2024/CONSUP/RE/IFAP.	

Documento assinado eletronicamente por:

- Cristina Coutinho de Oliveira, PRO-REITOR - CD0002 - PROEN, em 12/09/2024 04:20:34.
- Gilmar Vieira Martins, COORDENACAO DE GRADUACAO-PROEN - FG0001 - COGRAD-PROEN, em 12/09/2024 07:53:10.
- Julia Milena da Paixao Oliveira, Diretora de Ensino da Pró-reitoria de Ensino, CD - 03 - CD0003 - DIREN-PROEN, em 12/09/2024 08:13:17.
- Alyne Cristina Sodre Lima, PRO-REITOR - CD0002 - PROEXT, em 12/09/2024 08:22:23.
- Luana Lima dos Santos, COORDENADOR - FG0001 - COEX-PROEXT, em 12/09/2024 16:12:54.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 03/09/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifap.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 100495
Código de Autenticação: b5c692cab1



Rodovia BR 210, KM 03, s/n, Brasil Novo, MACAPA / AP, CEP 68.909-398